



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



IMPLEMENTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS PASSO A PASSO: DO PAPEL À AÇÃO

EJE: *Extensión, docencia e investigación*

Dayse Mirna Dias Tavares Manosso¹, SEED/PR, dmdtmanosso@seed.pr.gov.br
Nelba Maria Teixeira Pisacco², UEPG, nmtpisacco@uepg.br

RESUMO: A Sala de Recursos é uma proposta de apoio especializado para atender alunos com necessidades educacionais especiais na área de deficiência intelectual e transtornos funcionais específicos. Conforme dados preliminares de pesquisa, levantados no município de Ipiranga, no estado do Paraná, constatou-se que o número de alunos egressos de Salas de Recursos das séries iniciais, do Ensino Fundamental, vem aumentando e as escolas da Rede Estadual não atendem essa demanda. Apresenta-se os resultados de um projeto que teve por objetivo subsidiar os profissionais da educação para encaminhamento destes alunos, assegurando-lhes o direito de acesso e permanência a esse serviço. A proposta foi desenvolvida no Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 2009/2010. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, com organização de dois grupos coordenados por uma professora pesquisadora. A primeira etapa foi desenvolvida virtualmente junto a vinte educadores de diversos municípios do Estado, através do Grupo de Trabalho em Rede (GTR), para discussão e análise do material didático elaborado para desenvolvimento do projeto. O Caderno Pedagógico compilado orientou oito encontros de estudos, descritos como passos. O trabalho presencial teve a participação de dezoito educadores de todas as escolas estaduais do município de Ipiranga, que vivenciaram os procedimentos necessários para abertura e ampliação das Salas de Recursos. Constataram-se como resultados: o aprofundamento de questões relacionadas à inclusão pelos participantes, a reflexão de ações cotidianas, identificando os problemas e mobilizando uma ação em conjunta, que culminou com a ampliação de vagas no apoio especializado.

Palavras-chave: inclusão escolar; serviços de apoio; formação de professores.

1 Introdução

A escola será inclusiva quando estiver preparada para atender a todas as especificidades da educação inclusiva. Enquanto esperar que as dificuldades batam à sua porta, não há educação inclusiva na unidade escolar.

Jairo de Paula

A educação escolar desenvolve uma função essencial no processo de inclusão social no sentido de promover a aprendizagem conjunta de todos os alunos, independentes de suas dificuldades e diferenças. A escola precisa conhecer as reais necessidades dos alunos e desenvolver práticas pedagógicas condizentes com a diversidade da clientela, procurando

¹Professora PDE/2009 – Secretaria do Estado de Educação/Paraná-BR, Psicopedagoga, Especialista em Educação Especial, Pedagoga, Professora de Sala de Recursos do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos, Ipiranga/PR.

²Professora Orientadora PDE, Mestre em Educação, Especialista em Psicopedagogia, Professora Assistente da Universidade Estadual Ponta Grossa/BR.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



atender todos sem distinção. Há necessidade dos sistemas educacionais, das instituições escolares, dos professores e demais profissionais da educação refletirem sobre a questão e, em conjunto, buscarem medidas administrativas e pedagógicas realmente eficientes e eficazes que garantam a todos, o acesso e permanência no ensino regular, através de programas especializados para apoio ao aluno com necessidades educacionais especiais.

A Sala de Recursos é destinada a alunos do Ensino Fundamental que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, decorrentes de Deficiência Mental/Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos. No entanto, dados preliminares de pesquisa, levantados no município de Ipiranga, no Estado do Paraná, apontaram que nem todos os alunos egressos de Salas de Recursos das séries iniciais não tem continuidade do atendimento nas séries finais.

Que informações o professor da classe comum, professor especializado, equipe pedagógica, de 5ª a 8ª séries, têm para implementar o atendimento desses alunos nas Salas de Recursos? Quais os fatores que interferem para a diferença na inclusão entre as redes públicas: municipal e estadual? Essas questões originaram a elaboração do projeto **“Implementação da Sala de Recursos passo a passo: do papel à ação”** desenvolvido num colégio da Rede Estadual de Ensino, através do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, no ano de 2009/2010.

A proposta envolveu quatro escolas estaduais, quatro escolas municipais, uma escola de educação especial e o Departamento Municipal de Educação, totalizando dezoito participantes do município de Ipiranga, no estado do Paraná. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, com abordagem qualitativa e quantitativa na análise dos indicadores.

Este artigo analisa os resultados desse projeto que teve por objetivos: instrumentalizar educadores para encaminhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais, possibilitando o acesso dos envolvidos ao conjunto de informações necessárias que viabilizem o serviço de apoio; esclarecer conceitos característicos dessa modalidade de ensino, critérios de atendimento e elaborar o processo de funcionamento e ampliação das Salas de Recursos.

Inicialmente apresenta-se a trajetória da inclusão ao longo do tempo no contexto mundial, brasileiro e paranaense; e a sistemática das Salas de Recursos, um apoio especializado para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. A seguir descreve-se a metodologia adotada, os procedimentos e instrumentos de



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



levantamento de dados, o local e os educadores participantes. Na sequência, apresenta-se a análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa.

Para finalizar, abordam-se as questões que nos levaram à realização do estudo, principalmente em relação ao preparo dos educadores para agilizar o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, na busca fazer da inclusão uma realidade.

2 Percurso da inclusão escolar

A Educação Especial foi marcada por vários acontecimentos, inicialmente caracterizada pela segregação e exclusão, que ignorava os direitos natos, posteriormente a integração que pressupunha um treinamento do aluno para sua participação no ensino comum. No atual contexto, pauta-se na inclusão, centrada em desenvolver uma educação de qualidade para todos.

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais teve maior impulso no início da década de 80. O primeiro passo foi a realização do “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 1981, com o intuito de criar estratégias ações para assegurar à igualdade de oportunidade, reabilitação e prevenção de deficiências. Inúmeras leis foram aprovadas, organismos internacionais sistematizaram documentos norteadores das políticas públicas, grupos sociais organizaram-se politicamente e ganharam força nas reivindicações em torno da igualdade de direitos e oportunidades. (PARANÁ, 2006, p.26).

Segundo Sánchez (2005), vários movimentos internacionais surgiram em meados dos anos 80 e início dos anos 90. Destaca-se a *Regular Education Initiative (REI)*, que aparece nos EUA, com objetivo de incluir na escola regular as crianças com necessidades especiais, defendendo a reformulação da educação geral e especial. Nesse contexto, personalidades do mundo todo aliaram-se à defesa pela inclusão; instituições particulares de caráter filantrópico e as organizações de luta pelos direitos das crianças com necessidades educacionais especiais tiveram um papel determinante, denunciando à discriminação, o preconceito, a falta ou a pouca existência de programas de saúde, sociais e educacionais básicos.

Em decorrência desses movimentos, o conceito de necessidades educacionais foi tomando outra dimensão. Destacam-se uma série de ações realizadas pela UNESCO



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



-Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, e o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, na busca de uma educação alcançasse a todos.

Em 1988, a nova e atual Constituição da República Federativa de Brasil (BRASIL, 1988) assegurou direito e conquistas em relação à Educação Especial. A Política Nacional de Educação propôs parâmetros referentes às questões fundamentais para a democratização da educação brasileira: a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do país. Parâmetros estes que foram estendidos às linhas e diretrizes fixadas pelo governo.

Em 1990, a SENEb - Secretaria Nacional de Educação Básica, através da Coordenação de Educação Especial, assumiu o compromisso de implementar a Educação Especial, por entendê-la com uma modalidade permeadora do Sistema Educacional Brasileiro, em todos os níveis de ensino. A escola brasileira não pode mais rejeitar alunos com qualquer tipo de necessidades educacionais especiais; portanto, urge-se rever o papel da escola enquanto instituição comprometida com a obrigatoriedade de oferta de educação de qualidade e gratuita para todos.

A Conferência de Jomtien, “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” objetivou satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, visão abrangente e um compromisso renovado e fortalecer solidariedade internacional. O progresso na satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos dependerá, em última instância, das ações adotadas em cada país, individualmente. Para alcançar o conjunto de suas metas, cada país foi encorajado a elaborar ou atualizar planos de ação mais amplos e em longo prazo, aos níveis locais e nacionais, para a satisfação das necessidades de aprendizagem consideradas básicas. As pré-condições para a qualidade, equidade e eficácia da educação são construídas na primeira infância, sendo os cuidados básicos e as atividades de desenvolvimento e educação infantis condições essenciais para a consecução dos objetivos da educação básica. (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE O DIREITO DE TODOS, 1990).

Em 10 de junho de 1994, na Espanha, a Declaração de Salamanca foi decisiva para impulsionar a inclusão escolar em todo o mundo. Participaram 92 governos e 25 organizações internacionais, reconhecendo a necessidade e urgência em providenciar a Educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro



XI CONGRESO
IBEROAMERICANO
DE EXTENSION
UNIVERSITARIA

INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



do sistema regular de ensino e reendossar a Estrutura de Ação em Educação Especial. Mostra a Educação Especial como parte integrante de todos os programas educacionais. O princípio que orienta essa Estrutura é o de que deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

O termo “Necessidades Educacionais Especiais”, na Declaração de Salamanca, refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. (DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994). Paralelamente a este evento, a Secretaria de Educação Especial do Ministério de Educação e Desporto divulgou a Política Nacional de Educação Especial que norteia a prática deste ensino especializado no território brasileiro.

A Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional refere-se à Educação Especial, incluindo-a na modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino para os alunos com necessidades especiais. Tendo, quando necessário, apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial, assegurando currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica. (BRASIL, 1996).

Após a promulgação da LDB/96, em setembro de 2001, o Ministério da Educação homologou a Resolução nº 02, do Conselho Nacional de Educação, referente às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica com o objetivo de reorganizar a proposta de educação escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da educação inclusiva.

De 1996 a 2002, a SEED/PR (Secretaria de Estado da Educação) realizou um trabalho na mesma linha das Diretrizes Nacionais, após houve uma ruptura ideológica da concepção de inclusão educacional:

(...) a SEED situa sua política em uma terceira posição, que tem sido denominada de **inclusão responsável**. O desafio da inclusão escolar é enfrentado como nova forma de repensar e reestruturar políticas e estratégias educativas, de maneira a criar oportunidades efetivas de acesso para crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, e, sobretudo, garantir condições indispensáveis para que possam manter-se na escola e aprender. (PARANÁ, 2006, p.39).

No Estado do Paraná, no período de 2000 a 2002, intensificou-se o processo de discussão da inclusão, mobilizando o sistema educacional paranaense que até então tinha uma política marcada pela institucionalização. Para sistematizar uma política pública de



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



inclusão educacional, foi elaborado um documento “Educação inclusiva: linhas de ação para o Estado do Paraná”. Após vários encaminhamentos, pesquisas, debates, ataques da mídia, houve um retrocesso em relação a alguns aspectos conceituais e atitudinais, porque reforçava a exclusão do alunado da Educação Especial no sistema regular de ensino.

Somente em 2003, a SEED retoma sua função social de fazer políticas públicas em Educação Especial, implementando várias ações com fundamento de que o processo de inclusão escolar se daria de forma gradual, conforme se estruturasse uma sólida rede de apoio ao aluno, aos profissionais da educação e à família.

No Paraná, essa inclusão educacional é um projeto gradativo, dinâmico e em transformação e em sua fase de transição exige do Poder Público, o absoluto respeito e reconhecimento às diferenças individuais dos alunos e a responsabilidade quanto à oferta e manutenção de uma **Rede de apoio** composta por serviços apropriados ao seu atendimento, tais como, Sala de Recursos de 5ª a 8ª séries na área da deficiência intelectual e transtornos funcionais do desenvolvimento, sala de recursos na área das Altas habilidades/superdotação para enriquecimento curricular, sala de recursos para alunos com transtornos globais do desenvolvimento [...].(PARANÁ, 2009).

Segundo dados do DEEIN/SEED (PARANÁ, 2010), atualmente a rede de apoio contava com 819 Salas de Recursos de 5ª a 8ª séries na área de deficiência intelectual, 13 Salas de Recursos para atender alunos com transtornos globais do desenvolvimento e 22 Salas de Recursos para atende alunos com altas habilidades/superdotação. Em 2010 são ao todo 1.033 Salas de Recursos de 5ª a 8ª séries e 07 Salas de Recursos Multifuncionais³.

3 Sala de Recursos: apoio especializado no Paraná

Dentre os serviços de apoio especializado oferecido pela SEED/PR, a Sala de Recursos⁴ é um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino. Deve realizar-se na escola, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas

³ Espaço de efetivação da política de atendimento especializado ofertado pelo MEC, em parceria com o Estado e Municípios em cumprimento ao disposto no decreto nº 6.571/2008 e instituído nas Diretrizes Operacionais pela Resolução nº 04/2009.

⁴O texto apresenta uma síntese baseada nos critérios da INSTRUÇÃO Nº 13/08-SUED/SEED, que estabelece critérios para o funcionamento da Sala de Recursos para o ensino fundamental – séries finais, na área da Deficiência Mental/Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Atende a alunos com: Deficiência Intelectual / DI⁵; Transtornos Funcionais Específicos / TFE⁶; Transtornos Globais do Desenvolvimento / TGD; Altas Habilidades / Superdotação / AH-S.

A filosofia do trabalho na Sala de Recursos de 5^a a 8^a série - área da Deficiência Mental/Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos - está calcada no respeito às diferenças individuais, no direito de cada um ter oportunidades iguais, mediante atendimento diferenciado. O professor deve ser habilitado para o trabalho com esses alunos e irá intervir como mediador, em atendimentos grupais ou individuais, utilizando recursos que atendam às necessidades de cada aluno, com vistas a favorecer-lhes o desenvolvimento global, o que é indispensável ao êxito nas atividades acadêmicas. É também destinada a alunos egressos de Salas de Recursos das séries iniciais do Ensino Fundamental, todos com avaliação no contexto escolar, realizada por equipe multiprofissional.

Os serviços prestados nesta modalidade não devem ser confundidos com Reforço Escolar (repetição da prática educativa da sala de aula), nem com as atividades inerentes a orientação educacional que é mais voltada para a escola como um todo.

Na Sala de Recursos, o aluno será atendido por professor especializado, que oferecerá o apoio pedagógico necessário à permanência do aluno em classe comum; orientando o professor do Ensino Regular e prestando atendimento à família do educando. Ela faz parte integrante da escola e deve seguir as mesmas normas e diretrizes do estabelecimento onde está inserida. O atendimento é realizado individualmente ou em pequenos grupos, de acordo com a faixa etária dos mesmos, com programa a ser desenvolvido, com o nível de escolaridade dos alunos e conforme as necessidades pedagógicas. É sempre em período contrário ao que eles estão no Ensino Regular, não ultrapassando duas horas diárias, uma vez que o aluno já frequenta, durante quatro horas, a classe comum. O aluno poderá ser atendido de duas a quatro vezes por semana. O número máximo é de 20 alunos matriculados. Os alunos tanto poderão ser da escola em que a Sala de Recursos estiver implantada como de outras escolas das imediações.

A Sala de Recursos é uma das maneiras de intervir para melhorar o desempenho do aluno na escola. Paralelo ao atendimento, recomenda-se a elaboração de outros projetos

⁵São limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, como expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais.(...)” Podemos concluir a partir dessa definição que a deficiência intelectual não apresenta um atributo da pessoa, mas um estado particular de funcionamento. (PAN, 2009, p.63).

⁶Está relacionada à funcionalidade específica (intrínseca) do sujeito, sem o comprometimento intelectual, apresentam dificuldades na aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção, cálculos, sistema de numeração, medidas, atenção e concentração, entre outras relativas aos aspectos pedagógicos.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



que propiciem subsídios aos professores do ensino regular, conscientizando-os da importância de um ambiente que propicie o desenvolvimento de todos e que respeite a diversidade. Esses projetos, no entanto, surtirão bons resultados se houver uma mobilização real na mudança da prática em sala de aula e na interação entre os profissionais envolvidos e a família.

4 Universo da pesquisa - Pressupostos metodológicos

A busca de transformação da educação, na qual uma das autoras atua como sujeito, levou a pesquisa não só como fonte de conhecimento e análise, mas como forma de interação dos educadores e intervenção no cotidiano escolar.

A opção metodológica, para dar conta de tal complexidade, foi a da pesquisa-ação. Em concordância com Engel (2000), buscou-se de unir a pesquisa à ação ou prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática, com o envolvimento do grupo na solução do problema, caracterizada pela dinâmica entre a teoria e a prática havendo interferência no próprio campo de pesquisa.

Como procedimentos/instrumentos de pesquisa foram utilizados: entrevistas semiestruturadas, questionários, levantamento e análise de documentos, estudo de grupo, registros de observações, reuniões equipes gestoras das instituições. Os dados e indicadores obtidos foram analisados de forma quantitativa e qualitativa.

- Caracterização do espaço pesquisado

O município de Ipiranga situa-se na região dos Campos Gerais, do Estado do Paraná, faz parte do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa; possui quatro escolas estaduais: um colégio no centro com ensino fundamental, médio e normal; três na zona rural - dois com ensino fundamental e médio e um com ensino fundamental. Essas escolas recebem os alunos vindos das sete Salas de Recursos da Rede Municipal de Ensino que, em 2010, totalizavam cento e setenta e cinco alunos, entre zona rural e urbana.

As escolas municipais têm apoio do Centro de Aprendizagem e Educação Especial - CAEE⁷, para o qual encaminham o relatório semestral sobre o aproveitamento e o relatório psicoeducacional de todos os alunos de Sala de Recursos que são matriculados na Rede Estadual.

⁷ Conta com uma equipe dos seguintes técnicos para promover um trabalho interdisciplinar: Assistente Social, Fisioterapeuta, Fonoaudióloga, Neuropediatra, Pediatra, Psicóloga, Psicopedagoga, Terapeuta Ocupacional.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



O colégio estadual, que serviu de local de intervenção do projeto, recebe o maior número de alunos egressos de Sala de Recursos oriundos das escolas municipais, por ser o único colégio no centro da cidade. Em 2009, em seu programa de Sala de Recursos, tinha capacidade para atender apenas vinte alunos no período matutino. A partir de maio de 2010, este atendimento foi ampliado para o período vespertino, podendo atender mais vinte alunos. O colégio tem 231 alunos matriculados nas 5ª séries, desses 41 são egressos de Sala de Recursos da Rede Municipal.

O Gráfico1 apresenta os dados referentes a matrículas de 5ª séries do Ensino Regular e a Sala de Recursos, do colégio em estudo.

GRÁFICO 1: Alunos matriculados nas 5ª séries do Ensino Regular e Sala de Recursos
FONTE: Registros documentais da secretaria do Colégio

Em 2008, havia 189 alunos matriculados na 5ª série, sendo atendidos 25 alunos em Sala de Recursos. Em 2009, foram 244 alunos de 5ª série e 23 alunos atendidos na Sala de Recursos. Em 2010, concretizou-se a abertura de demanda no período vespertino, portanto houve maior atendimento de alunos em Sala de Recursos, 52 alunos dos 285 matriculados na 5ª série. Em 2011, foram matriculados 232 alunos na 5ª série e 52 alunos na Sala de Recursos, sendo 38 alunos no período matutino e 14 no período vespertino. Do total de alunos atendidos em Salas de Recursos, apenas cinco são das outras séries.

Os números revelam que, embora o aumento das matrículas na 5ª série, o número de vagas na Sala de Recursos não foi ampliado devidamente. Outro aspecto que merece destaque é o fato de que os alunos que frequentaram a esse apoio na 5ª série, em anos anteriores, não a continuidade do programa nas séries consecutivas. Constatou-se, portanto, que o colégio deveria ter uma estrutura e profissionais especializados para atender melhor a demanda do município.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



A realidade não é melhor nas demais escolas estaduais do município. Um colégio localizado numa comunidade a oito km do centro da cidade tem 75 alunos matriculados em 5ª série e não há atendimento em Sala de Recursos, apesar de compartilhar o mesmo espaço físico com uma escola municipal que possui o programa desde 2005. Outra escola, a 35 km do centro, tem 33 alunos de 5ª série e não atende alunos na Sala de Recursos, embora também compartilhe o mesmo espaço com outra escola municipal. Um terceiro colégio estadual, que fica numa localidade a 20 km do centro e conta hoje com 46 alunos de 5ª série, sendo 28 alunos oriundos de Sala de Recursos. em 2010, iniciou o atendimento em Sala de Recursos para 14 alunos.

- Caracterização dos sujeitos pesquisados

A pesquisa teve a participação de três grupos distintos: Grupo de Trabalho em Rede, Grupo de Apoio à Implementação na Escola e o Grupo de Estudos, totalizando trinta e oito educadores, sendo trinta e um da Rede Estadual e sete da Rede Municipal.

A pesquisa desenvolveu-se primeiramente com o **Grupo de Trabalho em Rede** (GTR 2009/2010), de março a junho de 2010, grupo virtual de vinte educadores residentes em várias localidades do Paraná⁸. Composto por professores de Sala de Recursos, professores de Apoio Permanente, Pedagogos, Diretor Auxiliar, professores de escola especial (APAE) e professores do Ensino Regular, que discutiram, compartilharam experiências, deram opiniões e sugestões para o desenvolvimento do projeto de intervenção.

O GTR é uma atividade do Plano Integrado de Formação Continuada do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, caracterizando-se pela formação continuada de professores da Rede Pública Estadual de Ensino, na modalidade a Distância. (INSTRUÇÃO N.º 009/08 – SUED/SEED).

Para o encaminhamento do estudo no GTR as atividades foram distribuídas em seis unidades: 1- Primeiros contatos; 2 - Demandas específicas; 3 - Objeto de estudo; 4 - Produção didático-pedagógica; 5 - Revendo o percurso e avaliando as ações; e 6 – Avaliação.

Os cursistas deram suas contribuições, compartilharam experiências, construíram conceitos por meio da interação entre participantes, tutoria e objeto de conhecimento

⁸Municípios de origem dos participantes do GTR: Rebouças, Renascença, Marialva, Londrina, Atalaia, Jaguariaiva, Santo Inácio, Califórnia, Ponta Grossa, Umuarama, Maringá, Itambaracá, Santo Antônio da Platina, Terra Roxa, Ibaiti, Boa Esperança do Iguaçu, Atalaia, Campo Largo.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



através das atividades realizadas nos fóruns, diário e tarefa. O professor PDE, como tutor, teve a responsabilidade de mobilizar os participantes para os estudos e discussões sobre as especificidades da realidade escolar, socializando o projeto de intervenção pedagógica na escola.

O **Grupo de Apoio à Implementação do Projeto na Escola (GAIE)** contou com seis participantes, sendo cinco pedagogos e um diretor envolvendo as quatro escolas estaduais existentes no município de Ipiranga - Pr. O objetivo da formação deste grupo foi para mobilizar e otimizar a execução do projeto. Os participantes conheceram, discutiram, compartilharam experiências e acompanharam a aplicação do projeto na escola, num total de trinta e duas horas.

O **Grupo de Estudos (GE)** teve participação de doze educadores sendo sete das escolas municipais e cinco das escolas estaduais.

A implementação visa principalmente enfrentar e contribuir para a superação das fragilidades e problemas apontados pelo Professor PDE na sua disciplina/área para ser investigada no seu tema de estudo, com a finalidade de promover a melhoria qualitativa do ensino na escola de execução do Projeto. (DOCUMENTO SÍNTESE- VERSÃO 2010)

A implementação do projeto foi realizada num colégio de Ensino Fundamental, Médio e Normal. Os encontros foram realizados na sala de informática, pois o Caderno Pedagógico foi postado na pasta de compartilhamento público para que todos pudessem ter acesso ao conteúdo do mesmo. A participação deste grupo foi centrada em discussões teórico/práticas sobre o projeto de intervenção e sua relação com a realidade da escola e as diretrizes pedagógicas da SEED.

- Material didático pedagógico

Paralelamente ao GTR, foi elaborado o material de apoio didático pedagógico, o Caderno Pedagógico: "Implementação da Sala de Recursos passo a passo: do papel à ação". Material composto por oito passos, que foram discutidos em oito encontros com o Grupo de Apoio à Implementação do projeto PDE na Escola (GAIE) e o Grupo de Estudos (GE). Sendo: 1º PASSO - Sala de Recursos no contexto paranaense e Legislação vigente; 2º PASSO - O que é Sala de Recursos; 3º PASSO - A quem se destina; 4º PASSO - Avaliação no contexto escolar; 5º PASSO - Formulários para avaliação; 6º PASSO -



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



Autorização de funcionamento; 7º PASSO - Formulários para autorização e 8º PASSO - Análise do caminho percorrido.

Esse material procurou reunir todos os documentos básicos referentes à elaboração do processo de abertura e funcionamento das Salas de Recursos, informações embasadas em leis e documentos para melhor atender o aluno com necessidades educacionais especiais. Além de discutir a realidade da inclusão escolar no município de Ipiranga-Paraná, a intenção foi possibilitar aos educadores uma visão mais dinâmica e prática sobre a Sala de Recursos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental.

5 Implementação da Sala de Recursos passo a passo: análise e discussão dos resultados

Os indicadores que possibilitaram a análise qualitativa e quantitativa dos resultados, aqui discutidos, foram obtidos nas atividades interativas realizadas pelos participantes do GTR com o tutor (professor PDE) e nos textos postados no diário, fórum e tarefa. Com os grupos presenciais, os dados foram provenientes do questionário e formulários do Caderno Pedagógico, da observação dos trabalhos nos grupos e o compartilhamento de experiências vivenciadas no dia a dia escolar. Todos os educadores pesquisados tiveram a oportunidade de utilizar a tecnologia de informação, interagindo com colegas de diversas escolas do município de Ipiranga e de outras cidades do Estado do Paraná.

- A Inclusão e a Sala de Recursos

Nas respostas e depoimentos dos educadores dos GTR, GAIE e GE nas discussões a respeito da inclusão, constatou-se que todos os participantes tinham conhecimento sobre o conceito da Sala de Recursos. Afirmaram saber o que é um serviço de apoio especializado para atender o aluno com necessidades educacionais especiais inseridos no ensino regular.

A comparação das respostas dadas pelos grupos GAIE e GE permitiu constatar que houve uma evolução significativa no entendimento do trabalho realizado em Salas de Recursos após o desenvolvimento do projeto. A Sala de Recursos passou a ser vista, pelos participantes, como espaço imprescindível para o apoio e acompanhamento da aprendizagem dos alunos inclusos no ensino regular, como podemos observar em algumas das respostas dos educadores em destaque:



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



“Um espaço imprescindível nas escolas estaduais já que é notório a demanda. Os alunos sem um trabalho diferenciado ficam engrossando as estatísticas de reprovações além da frustração individual por não conseguirem avançar no processo de aprendizagem.” (E2)

“(...) espaço de fato democrático, onde é possível efetivar o de inclusão, de exercício de cidadania a partir do respeito às diferenças, à diversidade. (...)” (E5)

“(...) espaço para a recuperação e acompanhamento de alunos com dificuldades educacionais especiais, é um espaço essencial para a escola de hoje em dia, pois são detectados diferentes dificuldades em muitos alunos matriculados no ensino regular. (...)” (E9)

(FONTE: Caderno Pedagógico, p 4 e 76)

As afirmações dos educadores apresentaram a Sala de Recursos na perspectiva legal atual da inclusão: como indispensável aos alunos com necessidades educacionais especiais, ao proporcionar ao aluno mecanismos de aprendizagem, calcada no respeito às diferenças individuais, no direito de cada um ter oportunidade igual, mediante atendimento diferenciado e especializado.

A escola, portanto, precisa abrir suas portas, fazer o possível para o aluno ter oportunidade de frequentar o ensino regular sob a ótica dos Direitos Humanos, da Declaração de Salamanca que preconiza concepções em relação ao direito das pessoas e reconhece a necessidade de ação para conseguir uma escola para todos. A Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional refere-se à Educação Especial, incluindo-a na modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino para os alunos com necessidades especiais. (BRASIL, 1996).

Uma das questões discutidas nos grupos foi sobre o que está disposto nas legislações: atendimento dos alunos com necessidades especiais preferencialmente na rede regular do ensino. Após embasamento teórico e o conhecimento da realidade local, os educadores opinaram:

“Em sala de aula no ensino regular esse aluno é abandonado aos seus problemas devido a vários fatores: salas com números excessivos de alunos, professores que sentem-se incapacitados para realizar um trabalho diferenciado (...) despreparo e desinformação dos profissionais professores/equipe pedagógica em avaliar de forma diferenciada essa clientela.(...)” (E11)

“(...) A inclusão desses alunos deve ser refletida, e ter uma melhor estrutura para que realmente seja incluído na escola com alguém capaz e não como um aluno com deficiência que por lei tem que ser atendido.” (E8)

“Na nossa escola esse atendimento vem sendo precariamente realizado. A falta de um espaço digno e adequado é um dos pontos negativos como também a falta de gerenciamento (com a saída da professora titular para o PDE) os alunos ficaram sem substituta por longo período. Enfim, falta de estrutura técnica, administrativa e profissional.” (E6)



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



"(...) Não basta somente termos assegurados programas voltados a inclusão, precisamos de ações concretas em nossas escolas de toda a comunidade escolar, que atendam tanto as questões de rendimento acadêmico e integração total dos alunos inclusos." (E19)

(FONTE: Caderno Pedagógico, p. 14)

Para construir uma escola inclusiva é preciso um projeto coletivo capaz de reformular o espaço como um todo: espaço físico, formação de professores, dinâmica em sala de aula, adaptações curriculares, formas e critérios de avaliação, isso caracteriza uma inclusão com responsabilidade, que é a proposta da SEED/PR.

Na visão de Almeida (2006), a inclusão com responsabilidade "implica compromisso com o processo educacional por parte de todos que nele estão envolvidos: professores, pais, diretores, dirigentes, secretários da educação, comunidade". Uma política de inclusão se faz com apoio efetivo no trabalho cotidiano de sala de aula. Pensando assim, a rede de apoio é essencial para o êxito da escola inclusiva, deve ser dinâmica, construída a partir das necessidades levantadas no dia a dia escolar. A Sala de Recursos é um programa que faz parte desta rede, deve acolher todos os alunos que dela necessitam.

É o fazer acontecer, é ousar, vencer os obstáculos através do estudo, de capacitações, de discussões e do conhecimento da realidade. Não há receitas, segundo Almeida (2006):

É preciso que se pense a formação dos educadores, que **não é uma formação para a inclusão**, pois não há como preparar alguém para a diversidade, **mas de formação na inclusão**. A formação na inclusão não fornece respostas prontas, não é uma multi-habilitação para atendimento a todas as dificuldades possíveis em sala de aula, mas é uma formação que trabalha o olhar do educador sobre seu aluno, que lhe garante o acesso ao conhecimento sobre as peculiaridades de seus alunos e que o ajuda a compreender as necessidades que esse possa ter, a entender que tipo de apoio é necessário, e onde buscá-lo.

Na opinião dos educadores participantes é imprescindível um trabalho em conjunto entre família, equipe pedagógica, professor da classe comum, professor especializado, equipe multiprofissional para a realização da avaliação no contexto escolar e os devidos encaminhamentos. Todos consideram viável o trabalho em conjunto da comunidade escolar e instituições a fins.

"Acredito muito no sucesso do trabalho em grupo, pois quando há o envolvimento de todos para solucionar um problema, este torna-se de responsabilidade comum. O envolvimento de todos os segmentos da escola no processo de abertura e/ou funcionamento de Sala de Recursos, traz consigo o diferencial de que todos conhecerão profundamente a importância e os objetivos do programa." (E21)



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



“Para que a educação inclusiva realmente se efetive depende somente da capacidade do conjunto escolar incluindo diretores, professores, pais, e demais colaboradores da escola em sair em busca de soluções para o desafio da presença tão diferente de alunos nas classes, como a vontade de fazer tudo para que nenhum aluno seja novamente excluído com base educacional especializada.” (E34)

(FONTE: Caderno Pedagógico, p. 75)

O caminho é este: propor ações conjuntas para superar as dificuldades que se enfrenta no dia a dia escolar, sem abandonar, nem excluir qualquer que seja o educando, e, oferecer uma educação de qualidade. Todos merecem a garantia de acesso e permanência à educação e, por isso, a escola tem o dever de encontrar meios de se trabalhar bem, de forma a dar condições de inclusão no ambiente escolar como na vida em sociedade.

Tratando-se do município de Ipiranga, pela visão dos educadores pesquisados, as escolas estaduais ainda não estão preparadas para receber os alunos egressos das Salas de Recursos da Rede Municipal, somente um educador respondeu que:

“Sim com ressalvas, desde que o professor encarregado desta modalidade de ensino esteja preparado e com convicções da importância de seu trabalho, além é claro de nele confiar.” (E15)

Foram apontadas as diferenças do atendimento entre o ensino municipal e o estadual por vários educadores, como nos exemplos abaixo:

“No município os alunos são avaliados por uma equipe multidisciplinar: os professores da Sala de Recursos recebem capacitação para melhoria de seu trabalho; os professores da classe comum recebem apoio pedagógico desta equipe. No estado, não há suporte para os professores, nem tampouco subsídios para avaliação dos alunos, nem recursos financeiros para adquirir materiais diversificados.” (E1)

Na rede municipal é tudo mais fácil, o ingresso do aluno depende de uma avaliação mas esta é palpável, possível de se realizar haja visto a existência da equipe multidisciplinar (...) torna-se um processo menos burocrático pois é possível ir diretamente conversar com a secretária de educação sobre os problemas encontrados.(...) já na rede estadual é mais burocrático, moroso, muito embora até exista a oferta no sentido de viabilizar a inclusão, mas o processo em si é lento.” (E5)

“A maior diferença está no acompanhamento após inclusão com a rede de apoio, pois esta na perspectiva da inclusão, objetiva dar respostas educacionais para as necessidades do aluno por meio do conjunto de serviços ofertados pela escola e comunidade em geral. Acredito que na escola estadual não há um trabalho que há continuidade na construção desse processo, pois as faltas de profissionais dificultam o acompanhamento adequado do aluno na rede regular de ensino.(...)” (E9)

(FONTE: Caderno Pedagógico, p. 75)

Pelos relatos acima, podemos perceber que há diferença entre o trabalho realizado nas escolas municipais em relação às escolas estaduais, no município de Ipiranga.

Segundo dados do Departamento Municipal de Educação, através da Coordenadora da Educação Especial, o marco da inclusão no município foi a implantação do CAEE (Centro de Aprendizagem e Educação Especial) desde 2005. Ele proporciona



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



um serviço de apoio e suporte para professores, pais e familiares dos alunos atendidos no ensino fundamental de 1^a a 4^a séries. O centro atende cento e seis alunos da APAE e 371 alunos matriculados nas escolas municipais dos programas de Sala de Recursos, Classes Especiais, Centro de atendimento para Surdos e Deficiência Visual. As salas possuem a infraestrutura adequada, os professores que nelas atuam recebem formação continuada. Há preocupação, segundo a coordenadora, em oportunizar a todos uma educação de qualidade, respeitando as diferenças e oferecendo contribuições efetivas para que a inclusão se torne cada vez mais uma realidade no município.

As escolas estaduais, por sua vez, possuem apenas o suporte da equipe de educação especial do NRE, que conta com uma equipe restrita de quatro coordenadores. Uma psicóloga com 20 horas e uma pedagoga com 40 horas semanais são responsáveis em concretizar as avaliações e estruturar o processo de abertura e funcionamento das Salas de Recursos de 5^a a 8^a séries de toda a região.

Segundo dados da Equipe de Educação Especial do NRE de Ponta Grossa, em 2009, a equipe atendeu 69 Salas de Recursos dos 11 municípios da região com 680 alunos. Sabe-se que é uma demanda que excede em muito a capacidade efetiva de atendimento, ocasionando falta agilização para atender as reais necessidades das escolas, dos profissionais, da comunidade em geral.

- Importância do material didático pedagógico

Após o estudo, verificou-se que foi possível instrumentalizar os participantes dos grupos em relação à implementação das Salas de Recursos. O compartilhamento de experiências enriqueceu as discussões e levou-nos a acreditar que é possível criar um ambiente favorável de estudos e reflexão em serviço.

O Caderno Pedagógico foi visto pelos participantes dos grupos como um instrumento com várias informações e conceitos, um recurso, um suporte que o educador tem em mão para conhecer e viabilizar o atendimento dos alunos em Sala de Recursos. Conforme a citação dos participantes do GTR, o caderno possibilitou maior entendimento sobre o assunto e subsídio teórico prático:

"Acredito que a elaboração de um caderno pedagógico que contenha o passo a passo necessário para implementação da sala de recursos onde ainda não há este serviço será de grande valia, pois é uma das dificuldades que se sente, muitas vezes a equipe pedagógica não sabe nem por onde começar. Este caderno pedagógico poderia conter informações como: quais documentos são necessários para se pleitear o programa, para quem deve-se enviar estas informações, se quiser abrir uma sala de recursos quais os passos a seguir?"



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



Estas são apenas algumas das questões que podem ser esclarecidas e desta maneira facilitar e agilizar o funcionamento da Sala de Recursos.” (E20)

“Um fator muito positivo no trabalho da professora PDE é o fato de a pesquisa constituir-se numa pesquisa-ação, ou seja, não ficará somente na teoria e em referências bibliográficas, mas desenvolverá ações em prol dos alunos com necessidades educacionais especiais. Além disso, possibilitará a troca de experiências com professores da área, o que difundirá ideias novas e produtivas para um ensino interacionista, que dialoga com outros saberes e vivências.” (E27)

(FONTE: Unidade 5 do GTR – Revendo o percurso e avaliando as ações)

A totalidade dos participantes do GE e do GAIE afirmou que se sentiu mais capacitado para implementar o atendimento em Sala de Recursos em sua escola, após conhecer os passos descritos no Caderno Pedagógico e comentou os ganhos desse percurso, como observa-se em algumas declarações:

“Facilidade para o reconhecimento do perfil do aluno para ser encaminhado para o programa.” (E6)

“Com toda segurança pode-se afirmar que sim. Os passos descritos durante o curso elucidam claramente o que é Sala de Recursos bem como quem deve freqüentá-la e todo o processo de avaliação dos alunos. Além disso foi viabilizado um rico material de apoio que ficará na escola para utilização dos profissionais da educação.”(E4)

“O mesmo demonstra clareza e metodologia adequada a questão, com objetivos reais e concisos, dentro da premissa de que a educação de qualidade deve ter como objetivo a formação de sujeitos que sejam capazes de transformar o mundo independente de suas dificuldades.” (E15)

(FONTE: Caderno Pedagógico, p. 75)

Ainda questionando sobre o trabalho desenvolvido e o material didático pedagógico de apoio, a maioria relatou superou as expectativas e contribuíram para a sua melhoria:

“Todo material disponibilizado foi muito bem elaborado, foi possível perceber o cuidado com esta elaboração. Vários sites foram indicados, o que enriqueceu todo o processo, todo o curso em si (...).” (E3)

“(…) a proposta ampara e dá suporte para o professor que tem muitas dúvidas de como realizar a implantação das salas de recursos (...) ele será um instrumento de grande importância e pesquisa para nós professores.” (E8)

“Para complementações futuras poderá ser acrescentado as áreas do conhecimento, bem como sugestões de atividades para cada área, como apoio pedagógico ao professor. (...) pois é através dessas ações que poderemos fazer algo diferente na vida de muitos alunos que antes ficavam esquecidos e marginalizados.”(E10)

(FONTE: Caderno Pedagógico, p. 76-77)

O Caderno Pedagógico atingiu o objetivo de abordar as questões mais urgentes, visando agilizar e implementar o atendimento em Sala de Recursos dos alunos com necessidades educacionais especiais, no município de Ipiranga. O material está ao alcance de todos os profissionais da educação para pesquisa, leituras, informações, subsídios para melhorar o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais as escolas e colégios do nosso Estado.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



O estudo e a reflexão dos educadores instigou repensar nossas ações cotidianas sabendo onde se quer chegar, integrando o trabalho, identificando os problemas numa ação em conjunta: compartilhando experiências, proporcionando momentos de formação em serviço.

Na prática, diversos encaminhamentos de alunos foram realizados pela equipe pedagógica do Colégio, em conjunto com a professora da Sala de Recursos tiveram maiores resultados: estendeu-se o atendimento da Sala de Recursos no período vespertino; abriu-se demanda de Professor Itinerante para a EJA no noturno e Professor Tradutor e Interprete de Libras para 5ª e 6ª séries.

5 Considerações finais

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular é uma das questões mais discutidas nos últimos anos na escola, mas ainda o aprender como direito de todos nem sempre é respeitado. Os programas de apoio que dão suporte ao ensino e aprendizagem demoram muito para serem implantados nas escolas, esbarram na burocracia, na falta de profissionais especializados, de equipe multiprofissional, do entendimento do processo de estrutura e funcionamento.

A implementação de Salas de Recursos de 5ª a 8ª séries – objeto desta pesquisa – constitui-se num programa de apoio pedagógico centrado em atividades e situações que favorecem o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e percepto-motor dos alunos que dela necessitam; porém, por falta de agilização na implantação deste programa, os alunos ficam excluídos dentro da própria escola, que deveria ser a primeira a incluir. Pelo discurso dos educadores das escolas estaduais, embora seja um projeto proposto e regulamentado pela SEED, percebeu-se que há necessidade de uma base de sustentação atuante e competente nas escolas para junto com o coletivo discutir e elaborar estratégias eficientes e eficazes para atingir a clientela.

Verificou-se que, apesar dos educadores terem conhecimento dos direitos dos alunos incluídos, eles sentem-se despreparados para agilizar o atendimento dos mesmos em programas de apoio como a Sala de Recursos. A falta de profissionais especializados na área, para dar suporte ao professor, é um dos pontos mais relevantes para avaliação dos alunos e concretização da abertura das Salas de Recursos.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



Para atender os alunos com necessidades educacionais é necessário um trabalho organizado e em conjunto. Até o momento, há falta de profissional especializado e os que assumem o trabalho não tem experiência e nem formação adequada, outros nem se quer possuem pós-graduação na área que estão atuando. Outra dificuldade é a rotatividade dos profissionais da equipe pedagógica, professores especializados e professores das diversas disciplinas, que prejudicam a continuidade das propostas coletivas.

Constatou-se a resistência de uma das escolas pesquisadas para implantar o programa de Sala de Recursos, ela reflete o descaso em relação ao atendimento dos alunos com necessidades especiais que acontece em muitas instituições. Infelizmente, os profissionais ainda não se conscientizaram de que a inclusão escolar está aí, precisam procurar meios para superar sua falta de conhecimento em relação ao trabalho. As equipes pedagógicas nem sempre consegue dar suporte aos professores, pois não tem o devido conhecimento para orientar ou elaborar o processo de autorização e funcionamento da Sala de Recursos.

Diante desses entraves, pode-se dizer que há diferença entre a inclusão na Rede Municipal de Ensino com a Rede Estadual de Ensino em Ipiranga. Em todas as escolas municipais é oferecido o programa de Sala de Recursos com suporte técnico para os professores especializados e os professores da classe comum. A equipe multiprofissional é atuante e também tem o programa de apoio às famílias dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Sabe-se que muito se tem a avançar, mas apesar dos obstáculos, da falta de profissionais especializados, de uma equipe multiprofissional atuante nas escolas estaduais demonstrou-se ser possível conquistar um espaço para os alunos que necessitam de apoio

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** adaptações curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. MEC/SEF/SEESP. Brasília, 1999.

_____. **Constituição.** República Federativa do Brasil. Ministério da Educação. Brasília, 1989.

_____. Congresso Nacional. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96.** Brasília, 1996.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994. Espanha. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educacionais Especiais.**



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70

DECLARAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990. **Conferência de Jomtien**. Disponível em: http://www.diaadia.pr.gov.br/deein/arquivos/File/inter_Jomtien.PDF

DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parecer CNE/CEB nº 17**, aprovado em 3 de junho de 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf .

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos**. SEED/SUED. Curitiba, 2006. Disponível em: <http://diaadiaeducacao.pr.gov.br>

_____. **Instrução 013/08**. SEED/SUED. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://diaadiaeducacao.pr.gov.br>

_____. **Rede de Apoio da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão**. SEED/SUED. Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.diaadia.pr.gov.br/deein/arquivos/File/Deein_sem_ped_2009.pdf

_____. **Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão**. Disponível em: http://www.diaadia.pr.gov.br/deein/arquivos/File/politica_semana_ped_fev_2010.pdf .

_____. **Portal dia a dia educação**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/modules/noticias/article.php?storyid=1365>.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Educação Especial e Inclusão Educacional oito anos de gestão: 2003/2010**. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/deein/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42>.

_____. **Fundamentos teóricos metodológicos para a Educação Especial**. Curitiba, 1994. ENGEL, I.G. Pesquisa-Ação. In: **EDUCAR EM REVISTA** Curitiba, UTFPR, n. 16, p. 181-191. 2000.

FOGLI, B. F.C. dos S. et al. Inclusão na educação: uma reflexão crítica da prática. In SANTOS, M. P. dos; PAULINO, M.M. (orgs.). **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2008. p.107-121.

FURQUIM, M.L. **História da educação especial no Paraná: modalidades de atendimento**. Curitiba, UFPR, 1990. Documento não publicado.

PAN, M. A. G. de S. **O direito à diferença: uma reflexão sobre a deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: editora IBPEX, 2008.

SANCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: **INCLUSÃO: REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, v1, n 1, 2005. p. 08-17.